



Vigilantes do Piauí aprovam proposta do TRT



Vigilantes do Piauí garantem reajuste salarial de 6,58%, plano de saúde por parte das empresas de 40% e tíquete alimentação de R\$19,53 por dia

Em assembleia geral realizada na terça-feira (7) na sede do Sindicato dos Vigilantes do Piauí, a categoria aprovou por unanimidade a proposta apresentada pelo TRT-PI na mediação entre patronal e empregados realizada dia 06.

A apresentação da proposta foi feita pelo presidente do SindVigilantes-PI, André Lima, que colocou a situação onde os empresários nada trouxeram de avanços para a categoria e o mediador, desembargador Dr. Manoel Edilson, apresentou a seguinte proposta:

- Reajuste salarial – 6,58% - o reajuste não poderá ultrapassar o índice da inflação do período anterior de acordo com a aprovação da PEC 55 ocorrida em dezembro/2016.

- Tíquete alimentação – 11% - passa de R\$ 264,00 para R\$ 293,00 (por dia R\$ 19,53);

- Plano de saúde – 40% - o pagamento do plano de saúde por parte das empresas passará dos 32% para 40%;

- Fica mantida todas as outras conquistas da Convenção coletiva de 2016.

André Lima, presidente do SindVigilante-PI, considerou que diante a conjuntura e como a maioria dos contratos com as empresas de segurança privada são entes federativos e não podem ultrapassar os valores que diz a PEC 55, os avanços seguiram em outras cláusulas que também atendem o trabalhador.

Com o reajuste de 6,58% os salários devem ficar assim:

- Salário base – passa de R\$ 1.117,30 para 1.190,81;

- Diurno 12/36 – R\$ 1.842,74

- banco horário comercial – R\$ 1.856,53;

- Noturno sem cobertura – R\$ 2.705,87;

- 12/36 noturno com cobertura – R\$ 3.417,31;

A categoria aprovou por unanimidade a proposta, que seja deverá ser reenviada com a devida documentação para lavrar a Convenção Coletiva de Trabalho/2017 dos trabalhadores em segurança privada no Piauí.

Fonte: Sindvigilantes-PI

Parecer de deputada é favorável ao projeto das cotas para mulheres vigilantes no RS



Presidente Dias, Mariza e Eni acompanharam reunião da CCJ, na Assembleia Legislativa

A reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa terminou na terça-feira (07) sem analisar o Projeto de Lei 213/2016, do deputado Adão Villaverde, que “institui a reserva de vagas, em percentual de no mínimo 20%, nas empresas da área de segurança, vigilância e transportes de valores, para vigilantes do sexo feminino”. No entanto, o parecer da deputada Manuel D’Ávila (PC do B) está pronto e é favorável ao projeto.

Como relatora da proposta, ela diz que “com o projeto pretende-se assegurar melhores condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho”. Acrescenta ainda que a regra proposta aplica-se às empresas de segurança e vigilância e de transporte de valores contratadas por órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Manuela defende a legalidade do PL pois, segundo ela, harmoniza-se com o disposto no inciso XX do artigo 7º da Constituição Federal, “ao garantir incentivos específicos para

proteção do mercado de trabalho da mulher e em nada afronta o disposto no inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, pois não cria diferimento entre concorrentes, somente estabelece regra geral a ser respeitada”.

A parlamentar também assegura que não há violação ao artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal, que atribui competência privativa à União para legislar sobre direito civil e licitações e contratações da Administração Pública. “O Supremo Tribunal Federal já pacificou entendimento no sentido que a competência da União é para edição de normas gerais sobre licitações, cabendo aos municípios e aos estados, de forma suplementar, adaptar as normas à realidade local”, afirma o relatório.

O texto da deputada deverá ser lido e votado na próxima reunião da CCJ, terça-feira, dia 14. Nesta terça-feira, o presidente do sindicato, Loreni Dias, e as diretoras eleitas Mariza Abrão e Eni Severo estavam presentes, para acompanhar a decisão dos deputados, mas a votação do relatório não aconteceu porque foi retirado o quórum e suspensa a sessão, devido a divergências dos parlamentares em relação a outro projeto. Depois de aprovado na CCJ, o PL passa por mais uma comissão, pelo menos, e vai à votação no plenário.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

No Dia da Mulher, vigilantes de todo o país saem às ruas para reafirmar luta contra retirada de direitos

Mulheres de todo o país tomaram as ruas nesta quarta-feira (8) para mandar um recado aos golpistas: não cederemos às investidas dos que tentam retirar direitos e trazer retrocesso. Integrantes de movimento sindicais e sociais uniram forças em passeatas e atos nas sedes do INSS reafirmando a resistência, o combate à violência de gênero e a luta contra a Reforma da Previdência, que promete roubos gigantescos aos trabalhadores.

Fonte: CNTV



Com discursos empoderados e reivindicando por direitos, centenas de mulheres saíram em caminhada na tarde desta quarta-feira (8), em Salvador, para atestar a força do sexo que já foi considerado frágil. Diretoras do Sindicato dos Vigilantes da Bahia participaram da manifestação e reforçaram a luta contra o desmonte da Previdência e em defesa dos direitos das mulheres.



Em Brasília, mais de cinco mil mulheres marcharam pela Esplanada dos Ministérios reafirmando a resistência contra o retrocesso do atual período político para toda a classe trabalhadora. As reformas da Previdência e trabalhistas foram duramente repudiadas pelas manifestantes. Dirigentes da CNTV e do Sindesv-DF reafirmaram o compromisso de luta.



Dirigentes do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas se uniram às centenas de pessoas que saíram às ruas de Maceió na manhã desta quarta-feira (8) para reivindicar os direitos das mulheres. O recado foi dado: a hora é de fortalecer os movimentos e ir contra todo tipo de violência contra as mulheres, além do repúdio ao governo golpista.



Em São Luís do Maranhão, o Sindicato dos Vigilantes do Maranhão reforçou a luta em defesa dos direitos das mulheres, contra a Reforma Trabalhista e da Previdência, e defendeu o aumento da participação das mulheres no movimento sindical.



Em Petrópolis (RJ), o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Regiões participou da marcha contra a retirada de direitos. Os manifestantes denunciaram a violência contra a mulher, a discriminação no mercado de trabalho, a violência doméstica e assédio sexual e moral. Além disso, repudiaram a Reforma Previdenciária e Trabalhista.



Reforma da Previdência é desproteção social, afirma ex-ministro



Proposta do golpista Temer trará quebra de mecanismos de proteção social, afirma ex-ministro

O ex-ministro Carlos Gabas afirmou que a reforma da previdência proposta pelo Governo Temer significará a quebra dos mecanismos de proteção social. Para ele, o sistema de previdência brasileiro é dos maiores do mundo, com maior proteção social, e não está quebrado.

“A Reforma da Previdência é desproteção social. É um desmonte de uma estrutura de proteção social que foi construído no país no decorrer de décadas e consolidado na Constituição Federal”, afirmou.

A afirmação foi feita no encontro de parlamentares do PT que debate o desmonte da Previdência, realizado em Brasília, nesta quinta-feira (9/3).

Gabas refuta a projeção de quebra futura da previdência com base em índices atuais. “Qualquer projeção para 2060 é bola de cristal”. Para ele, as projeções divulgadas não levam em consideração as mudanças na economia brasileira e mundial ocasionais.

Também foi duramente criticada a igualdade na idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres. “Nós

somos um país desigual. A sociedade nossa é fundamentalmente patriarcal e machista. Não é possível igualar as idades entre homens e mulheres”, avaliou.

Outro aspecto criticado é o período no qual o trabalhador fica sem contribuir provocado pelo desemprego. A proposta do governo não leva em consideração o tempo médio de sete anos, para homens, e de nove, para mulheres, sem contribuição.

Fonte: Ascom Chico Vigilante



Diretor da CNTV e do Sindesv-DF José Maria participa do evento

Justiça de Sergipe determina que empresa de segurança adeque carros-fortes



Após constatar irregularidades relacionadas à saúde e à segurança do trabalho nos carros-fortes da Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Segurança, o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) ajuizou ação civil pública em face da empresa, com pedido liminar, para adequação dos veículos e responsabilização civil coletiva.

Nas dependências da sede da empresa também foram constatadas outras irregularidades, como falhas na proteção contra incêndios, subdimensionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e descumprimento das regras referentes à jornada de trabalho e aos repousos obrigatórios.

A Justiça do Trabalho ordenou que a empresa adeque os carros-fortes de sua frota em Sergipe, de modo que sejam regularizados os itens de

segurança apontados no Relatório de Inspeção Técnica Veicular da Polícia Rodoviária Federal, como também deve cumprir uma série de obrigações relacionadas à saúde e à segurança do trabalhador, à jornada de trabalho e à CIPA, haja vista as irregularidades constatadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho. Em caso de descumprimento, a Prosegur pagará multa diária já estabelecida, que será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No dia 23/02/2017, foi realizada audiência na 3ª Vara do Trabalho de Aracaju, oportunidade em que a Prosegur apresentou contestação. A empresa afirmou que apresentará proposta de adequação (plano de ação) para solucionar as irregularidades apontadas.

Fonte: MPT/SE

Sistema de segurança de Sorocaba (SP) é desativado por irregularidade em contrato

Tribunal de Contas encontrou erros em contrato com a Prefeitura de Sorocaba. GCM vai reforçar vigilância em locais onde havia câmeras e alarmes.



Equipamentos começaram a ser retirados nesta segunda-feira (7) (Foto: Reprodução/TV TEM)

Cerca de 120 câmeras de segurança e alarmes que fazem parte do sistema de monitoramento de Sorocaba (SP) começaram a ser retirados de escolas e prédios públicos nesta terça-feira (7), após o Tribunal de Contas encontrar irregularidades no pregão e contratação da empresa responsável pelo serviço. O valor do contrato firmado com a prefeitura ultrapassa R\$ 13,5 milhões.

A central de monitoramento das câmeras, segundo a prefeitura, fica na sede da Guarda Civil Municipal (GCM), e cobre 328 pontos da cidade. Com o sistema desativado, o governo afirma que a GCM vai aumentar a vigilância nos locais onde havia câmeras e uma nova empresa será contratada por licitação. “Naquelas unidades que requerem vigilância por 24h manteremos guardas e o policiamento por 24h”, afirma o Comandante

geral GCM Sorocaba Marcos Mariano.

De acordo com a Power Segurança, empresa responsável pelo serviço, o contrato rescindido começou a valer em 2014 e contemplava instalação, operação e manutenção do sistema de segurança.

Conforme a decisão proferida pela conselheira Cristiana de Castro Moraes, não foi apresentado estudo prévio que demonstrasse a viabilidade econômica do aluguel dos equipamentos em comparação com a possibilidade de aquisição dos aparelhos. Por fim, a relatora concluiu que o projeto básico e o termo de referência elaborado pela prefeitura não continham um orçamento com detalhes com todos os valores unitários.

A Power Segurança e Vigilância afirma que o contrato era de prestação de serviço e não locação de equipamentos. Ainda de acordo com a prefeitura, a gestão anterior recorreu da decisão do Tribunal, mas o caso ainda não foi julgado.

A prefeitura diz que uma nova empresa será contratada por meio de licitação. Já a assessoria de imprensa da gestão anterior informou que não vai falar sobre o assunto.

Fonte: G1

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF